Elementos Institucionais e a Transformação da Estrutura Produtiva do Paraná nos Anos Setenta

Institutional Elements and the Transformation of Paraná Productive Structure in the Seventies

Elementos Institucionales y la Transformación de la Estructura Productiva del Paraná en los Años Setenta

Bernardo Piccoli Medeiros Braga* e Marcelo Luiz Curado**

RESUMO

O intuito do presente trabalho é o entendimento das condições que levaram às transformações na estrutura produtiva do Estado. Para atingirmos nosso objetivo, analisamos esse processo como um todo. Primeiramente estudamos o contexto em que ocorreram essas transformações, depois tratamos das características das modificações na estrutura produtiva, por fim analisamos o perfil de atuação institucional do Governo do Estado do Paraná. Concluímos que as iniciativas empreendidas no âmbito do "Projeto Paranaense de Desenvolvimento" tiveram significativa importância no alcance de expressivos resultados econômicos ao longo do período analisado. Sabemos que entre 1971 e 1980 o Paraná cresceu a 13% ao ano. Se apenas este fato já é um feito considerável, o cenário torna-se ainda mais impressionante por ter sido marcado por profundas mudanças na estrutura produtiva do Estado. Durante a década de 70 a renda industrial cresceu 480%, fazendo com que o Paraná passasse a deter uma forte base industrial. Além disso, a análise da composição industrial nos permite afirmar que a indústria modernizou-se significativamente nesse período. Os setores industriais mais representativos no início da década estavam ligados às atividades primárias, enquanto, no final da década, se destacavam setores como química e metalmecânica. Boa parte das explicações para a natureza e velocidade dessas transformações pode ser encontrada ao se analisar o "Projeto Paranaense de Desenvolvimento" e, mais especificamente, a construção da infraestrutura básica do Estado ao longo da década de 60 e na configuração do aparato institucional regional de promoção do desenvolvimento por meio da industrialização.

Palavras-chave: "Projeto Paranaense de Desenvolvimento". Diversificação produtiva. Industrialização.

Artigo recebido em 27/02/2014 e aceito para publicação em 28/08/2014.

^{*} Graduado em Ciências Econômicas, mestre em Economia e doutorando em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: bpm.braga@gmail.com

^{**} Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista, São Paulo, São Paulo, Brasil. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. Doutor em Política Econômica pela Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil. Atualmente é Professor associado da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: mlcurado@gmail.com

ABSTRACT

The objective of this work is to provide the understanding of the conditions, which led to changes within the productive structure of the state. In order to reach our goal, we analyze this process as a whole. First, we studied the context in which these transformations occurred, then we treated the characteristics of the changes within the productive structure, finally we analyzed the profile of institutional intervention of the Paraná's government. We concluded that the initiatives undertaken under the "Projeto Paranaense de Desenvolvimento" had a significant role in achieving meaningful economic results over the period considered. We know that between 1971 and 1980, the state of Paraná grew at 13% per year. If this fact alone is a considerable achievement, the scenario becomes even more impressive because it was marked by profound changes in the productive structure of the state. During the 70s, the industrial income grew 480% causing the development of a strong manufacturing base within the State. Furthermore, the analysis of the industrial composition allows us to say that the industry was significantly modernized in this period. The most representative industrial sectors at the beginning of the decade were linked to primary activities, while at the end of the decade, sectors like chemicals and metal mechanics were in the spotlight. Much of the explanation for the nature and speed of these transformations can be founded within the analysis of the "Projeto Paranaense de Desenvolvimento".

Keywords: "Projeto Paranaense de Desenvolvimento". Diversification of the productive structure. Industrialization.

RESUMEN

El objetivo del trabajo es la comprensión de las condiciones que llevaron a los cambios en la estructura productiva del Estado. Para alcanzar este objetivo, se analiza el proceso en su conjunto. Primeramente se estudió el contexto en que estas transformaciones ocurrieron; en seguida, las características de los cambios en la estructura productiva, y finalmente el perfil de la actuación institucional del gobierno del Estado del Paraná. Se concluye que las iniciativas emprendidas en el marco del "Projeto Paranaense de Desenvolvimento" tuvieron un papel importante para el logro de resultados económicos significativos durante el período considerado. Sabemos que entre 1971 y 1980, el Paraná creció a un 13% al año. Si tan solo este hecho ya es un logro considerable, el escenario se vuelve aún más impresionante, ya que estuvo marcado por profundos cambios en la estructura productiva. Durante los años 70, la renta industrial creció un 480% haciendo que el Paraná pasara a tener una fuerte base manufacturera. Además, el análisis de la composición industrial permite decir que la industria se modernizó significativamente en este período. Los sectores industriales más representativos en el inicio de la década estaban vinculados a las atividades primarias, mientras al final de la década, se destacan sectores como química y metalmecánica. Gran parte de la explicación de la naturaleza y velocidad de estas transformaciones se puede encontrar en el análisis del "Projeto Paranaense de Desenvolvimento".

Palabras clave: "Projeto Paranaense de Desenvolvimento". Diversificación productiva. Industrialización.

INTRODUÇÃO

O Estado do Paraná, durante a década de 70, passou por profundas transformações econômicas. Entre 1971 e 1980, o Produto Interno Bruto Paranaense (PIB) cresceu, em média, notáveis 13% ao ano, enquanto o PIB brasileiro registrou um incremento médio de 8,6%.¹ Concomitantemente, foram observadas acentuadas mudanças estruturais no perfil econômico da economia do Estado, cujo maior destaque cabe ao rápido processo de industrialização.

No decorrer desse período, a participação industrial no produto estadual saltou de 16,62% para 28,07%, enquanto a agricultura registrou, respectivamente, um declínio de 25,17% para 18,53%. O perfil da indústria foi também significativamente alterado – no início da década, o setor industrial do Paraná era essencialmente rudimentar, voltado ao processamento e beneficiamento de produtos primários, e já no final do período os destaques em termos de participação são ramos industriais modernos, como as áreas Química, Metal-Mecânica e de Telecomunicações. Ademais, é importante notar que a mudança na base do setor secundário teve, entre seus efeitos, uma intensificação das relações interindustriais.

Conquanto a agricultura tenha perdido participação no PIB estadual durante os anos 70, seu crescimento em termos de valor da produção foi robusto (153%) (LEÃO, 1989, p.78). No início da década esse setor da economia paranaense era demasiadamente primitivo e consumia uma reduzida quantidade de insumos industriais. No decorrer da década de 70 assiste-se a um processo de intensiva modernização, que consiste na crescente utilização de técnicas modernas, emprego de máquinas, equipamentos, fertilizantes, defensivos, rações, sementes, entre outros.

Essas mudanças na agricultura do Estado acabaram por resultar em uma alteração na base tecnológica dos processos agrícolas, em modificações na estrutura fundiária, na pauta dos principais produtos, entre outros (IPARDES, 1982, p.25). Sem considerar os pormenores dessas mudanças, o que se pode afirmar é que o conjunto das novas práticas gerou um grande aumento da produtividade no campo. Os dados demográficos consubstanciam essa análise, uma vez que a população rural passou de 4,4 milhões em 1970 para 3,1 milhões em 1980,² apresentando, portanto, uma redução significativa, ao mesmo tempo em que a produção agrícola apresentou um grande crescimento. Cabe, ainda, observar que os anos 70 foram caracterizados por rápido processo de urbanização e por um aumento da proporção de assalariados na População Economicamente Ativa (PEA).

Diversos trabalhos conceituados na área de Economia Paranaense – como: "Paraná: economia e sociedade", elaborado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) em 1982; "Da Construção ao Desmanche: A Análise do Projeto de Desenvolvimento Paranaense", de Francisco

¹ Dados obtidos em Magalhães (1993, p.97).

² Dados obtidos em Magalhães (1993, p.1).

Magalhães (2011); "O Paraná nos Anos 70", de Igor Leão (1989) – destacam a magnitude das transformações pelas quais a estrutura econômica do Estado passou na década de 70. A indústria paranaense se destacou nesse processo, registrando um crescimento da renda industrial da ordem de 480% entre 1970 e 1980, com significativas alterações na sua composição setorial. Esse aumento no nível de produção acarretou o aumento relativo da participação da indústria paranaense no total nacional.

Este artigo pretende estudar a transformação da estrutura produtiva paranaense nos anos 70, com destaque para o processo de industrialização do Estado. Nossa análise terá enfoque na importância dos elementos institucionais próprios do Estado do Paraná para a materialização dessas mudanças.

Após esta introdução, o trabalho tem seu início com a abordagem do contexto em que se deram as grandes transformações econômicas dos anos 70. Em seguida, trataremos das características da diversificação da estrutura produtiva que ocorreu no Estado nesse período. Depois, analisaremos o perfil da atuação institucional do Estado do Paraná e seu aparato de intervenção econômica nesse contexto. Então, serão expostas as considerações finais do trabalho.

1 O CONTEXTO HISTÓRICO

Até o início dos anos 60, a economia do Paraná podia ser caracterizada como periférica e primário-exportadora (PADIS, 1981). Praticamente inexistiam ligações rodoviárias entre as principais regiões do Estado, de modo que trabalhos de história paranaense, como o de Wachowicz (1988), falavam "dos três Paranás". Seriam eles: o Paraná Velho ou Tradicional, que compreenderia o litoral, a região de Curitiba e os Campos Gerais; o Paraná do Norte ou Cafeeiro; e o Paraná do Sudoeste.

O Paraná Tradicional tinha como principais atividades a agricultura e pecuária de subsistência, e indústrias bastante incipientes de beneficiamento de mate e processamento da madeira. O Paraná do Sudoeste era caracterizado por uma agricultura ainda rudimentar e também pelos conflitos fundiários entre posseiros e grandes empresas proprietárias de terras. Era no Paraná Cafeeiro que estava o centro dinâmico da economia do Estado. Todavia, o norte paranaense era muito mais ligado a São Paulo do que ao restante do Paraná. Os cafeicultores compravam manufaturados no interior paulista, mandavam seus filhos estudar em São Paulo e exportavam o Café via Porto de Santos. Esse quadro mudou substancialmente no primeiro governo Ney Braga (1961-1965), como veremos mais adiante.

Nas próximas três subseções deste capítulo, vamos abordar os principais pontos do contexto em que se deu o processo de transformação da estrutura produtiva do Estado do Paraná na década de 70. Para isso, primeiramente trataremos da expansão cafeeira, bem como de seu declínio em termos de participação na economia do Estado. Depois, vamos abordar o Projeto Paranaense de Desenvolvimento. Em seguida, estudaremos a transformação da infraestrutura do Estado empreendida ao longo da década de 60. Por fim, abordaremos a importância das políticas nacionais de desconcentração da atividade produtiva.

1.1 EXPANSÃO CAFEEIRA

Em 1960, a safra paranaense de café atinge a marca de 20,6 milhões de sacas, o que representa metade da produção brasileira e 30% da produção mundial de café. Enquanto isso, segundo Lourenço (2003, p.78), "o país já apresentava um moderno e integrado parque industrial, resultado da implementação do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, e dava os derradeiros passos para a formação de um mercado nacional". De acordo com Magalhães (2011, p.95):

[...] enquanto o país avançava no caminho da industrialização, com forte participação estatal e crescente fortalecimento das frações industrial e financeira da burguesia, bem como dos segmentos rurais voltados para o mercado interno, o Paraná alcançava o auge da expansão de uma economia do tipo primário-exportadora.

1.2 O PROJETO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO

Pode-se dizer que o "Projeto Paranaense de Desenvolvimento" tem seu início na segunda metade dos anos 50, quando foi instituída a Comissão da Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná (Pladep). O Pladep fez um diagnóstico socioeconômico do Estado e "propôs a execução de um conjunto de ações capazes de promover a integração do território estadual, com ele mesmo, com o resto do país e com o exterior, e a criação de infraestrutura e retaguarda financeira suficientes para induzir a industrialização" (LOURENÇO, 2010).

A intenção dos técnicos envolvidos no projeto era, segundo Lourenço (2010), transformar "uma grande 'fazenda de café', e um 'conjunto de serrarias', em uma economia industrial". A leitura da situação da economia paranaense se aproximava muito da abordagem cepalina centro-periferia, sendo que o Paraná seria integrante da periferia em relação ao centro dinâmico da economia nacional que estava concentrado, sobretudo, em São Paulo (MAGALHÃES, 2011). Dessa forma, pode-se constatar um adensamento do esforço de planejamento no âmbito estadual que culminou na criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codepar), no início dos anos 60. Esse processo como um todo – de esforço regional no sentido de diagnosticar e procurar soluções para os problemas e desafios do Estado – acabou ficando conhecido como "Projeto Paranaense de Desenvolvimento".

Para Trintin (2005), o Projeto Paranaense de Desenvolvimento, sob responsabilidade da Codepar, tinha como objetivos principais:

- a) integração do Estado (integração dos Três Paranás), então dividido em Paraná Tradicional, Paraná Cafeeiro Paulista e Paraná do Oeste;
- b) integração vertical da indústria paranaense, via processo de substituição de importações, principalmente de bens de capital e intermediários;
- c) fortalecimento e expansão dos pequenos e médios capitais locais.

Em termos de projeto econômico, segundo Leão (1989, p.20), visava-se:

[...] planejar o desenvolvimento, através de uma atuação centralizada voltada para a criação de uma infraestrutura em transportes e energia, financiamento de projetos industriais privados e racionalização do aparato administrativo do Estado.

Na verdade, pensa-se a ação estatal nos quadros do nacional-desenvolvimentismo [...]. O estadualismo, a ufania paranista ou, apenas, o paranismo apresentam-se nesse momento como dimensão política do modelo paranaense, readequando no plano do Estado uma ideologia dominante em termos nacionais.

Em seu projeto de implantação, o Projeto Paranaense de Desenvolvimento, em termos de sua implementação concreta, poderia ser dividido em duas fases:

1) década de 60 – dotação infraestrutural e construção do aparato institucional de suporte;

2) década de 70 – transformação da estrutura produtiva do Estado.

Em termos de resultados concretos, comparativamente a outros estados, durante o período de efetiva implantação do Projeto Paranaense de Desenvolvimento (1959-1980) o Estado do Paraná expandiu sua participação no PIB nacional, conforme a tabela a seguir.

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO DO PIB PARANAENSE NO PIB NACIONAL - 1949/2010

11D14/CIO14/L-1343/2010		
ANO	PARTICIPAÇÃO %	
1949	3,99	
1959	5,41	
1970	5,5	
1975	6,7	
1980	6,7	
1990	6,1	
1995	5 <i>,7</i>	
2002	6,0	
2010	5,8	

FONTES: Leão (1989); Magalhães (1980); Volaco (1991)

Com base nos dados da tabela 1, podemos observar que, sob a égide do Projeto Paranaense de Desenvolvimento, a participação paranaense no PIB nacional subiu cerca de 24%, passando de 5,41% em 1959 para 6,7% em 1975.

1.3 A DÉCADA DE 1960 E A TRANSFORMAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO ESTADO

Conforme dito anteriormente, a década de 60 foi marcada pela construção da infraestrutura básica do Estado. Segundo Lourenço (2003, p.69), "a existência de áreas pouco dinâmicas e desintegradas economicamente e a ausência de um sistema adequado de financiamento dos investidores industriais por parte do governo estadual

explicam a debilidade da base econômica do Paraná no começo dos anos 60". Ainda segundo Lourenço (2003), a primeira administração de Ney Braga (1961-1965) tentou superar essa situação de fragilidade por meio da aplicação de preceitos do planejamento, os quais não eram comuns no Brasil até aquele momento.

A administração Ney Braga (1961-1965) teve como prioridades estratégicas o binômio energia e transportes, política esta que teve continuidade na administração Paulo Pimentel (1966-1971). Entre 1961 e 1964, por exemplo, o potencial instalado para a produção de energia elétrica aumentou 74%, "enquanto a produção da Copel passava de 34 milhões de kWh em 1961 para 180 milhões de kWh em 1965" (MAGALHÃES, 2011, p.150). No mesmo período, o setor rodoviário também foi destaque com a construção da Estrada do Café, que liga a região de Curitiba à Região Norte, além da pavimentação de 500 km de rodovias em todo o Estado (MAGALHÃES, 2011).

Ademais, podemos citar a modernização do Porto de Paranaguá, que passou a ser utilizado para exportar a produção agrícola paranaense, antes escoada via Porto de Santos. Os serviços de telefonia também foram significativamente expandidos nesse período. A fundação de empresas públicas estratégicas também foi importante no processo de construção da infraestrutura e, consequentemente, no desenvolvimento paranaense. Entre elas: Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - CAFÉ DO PARANÁ (1961); Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR (1962); Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR (1963); Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR (1963); e Centro Eletrônico de Processamento de Dados - CELEPAR (1964).

1.4 A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS NACIONAIS DE DESCONCENTRAÇÃO DA ATIVIDADE PRODUTIVA

O mercado interno brasileiro foi significativamente ampliado no período conhecido como "milagre econômico" (1968-1973). Isto, aliado a outras condições, fez com que grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros tivessem interesse em expandir a sua capacidade produtiva no Brasil, por meio da instalação de novas plantas industriais. Esses investimentos ocorreram, sobretudo, sob a égide do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979). Entre as diretrizes deste Plano estava a necessidade de desconcentração e diversificação regional das atividades produtivas (FONSECA; MONTEIRO, 2007).

Neste contexto, os governos militares estabeleceram estratégias de integração e ocupação do território, de forma a direcionar o crescimento e expandir a fronteira econômica, além de ampliar e consolidar novos núcleos dinâmicos da indústria (MEINERS, 1999). Os centros visados para o direcionamento de projetos industriais eram aqueles que ainda geravam significativa economia de aglomeração, mão de obra abundante e a baixo custo, proximidade dos centros consumidores, disponibilidade de infraestrutura adequada, entre outros fatores (MEINERS, 1999).

O Paraná e mais especificamente Curitiba se destacam em relação ao atendimento desses critérios. Esse fator, juntamente com eficiente articulação política paranaense naquele momento, possibilitou que o Estado aproveitasse o momento favorável para fortalecer o Projeto Paranaense de Desenvolvimento e, consequentemente, o processo de industrialização em curso. Possivelmente, as políticas nacionais de desconcentração regional da produção ajudam a explicar a mudança da estratégia estadual de industrialização, que estava baseada na substituição de importações durante a década de 1960, e passaram a focar na complementariedade a partir dos anos 70.

2 DIVERSIFICAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA

Até o início da década de 1970, a indústria paranaense era caracterizada pelo seu baixo dinamismo. No ano de 1970, conforme a tabela 3, a indústria respondia por apenas 16,62% do PIB paranaense, enquanto a participação da indústria do Estado respondia por meros 2,96% do PIB industrial nacional, como mostra a tabela 2. Além disso, a indústria paranaense era, até aquele momento, fortemente vinculada às atividades primárias desenvolvidas no Estado. Primeiramente em relação ao processamento da madeira e ao beneficiamento da erva mate e, posteriormente, à continuidade do processamento da madeira e ao beneficiamento do café (IPARDES, 1982). O beneficiamento do café e o processamento da madeira, juntos, respondiam por 68,9% do PIB industrial paranaense em 1958; e em 1970, somando-se a esses dois o gênero química – que àquela época compreendia basicamente a produção de óleos vegetais –, ainda geravam 53,9% do PIB industrial do Estado.

É consenso na literatura, e fato evidente ao se examinar as estatísticas, que os anos 70 são um período de grandes transformações na estrutura produtiva paranaense. Em especial, a análise setorial evidencia que a indústria tem um crescimento acelerado nesse período, em termos absolutos e relativos, bem como registra um pronunciado processo de modernização intrassetorial. Desta forma, a economia paranaense deixa de ser essencialmente agrícola e passa a ser caracterizada por uma maior diversificação da estrutura produtiva, que agora também era dotada de uma forte base industrial. Ainda, cabe citar que segundo o documento "Paraná: Economia e Sociedade", elaborado pelo IPARDES (1982, p.46), é na década de 1970 que começam a "desenvolver-se relações de compra e venda no interior do próprio aparelho industrial paranaense". Antes, a natureza da base industrial paranaense era demasiado rudimentar (muito ligada ao processamento de produtos agrícolas), o que levava a quase inexistirem relações interindustriais, existindo apenas relações com o setor agrícola paranaense ou com o comprador final e, também, com indústrias de outras unidades da Federação (IPARDES, 1982). Desse modo, a incipiente indústria presente no Estado apresentava características essencialmente ligadas ao modelo "primário-exportador".

2.1 OS PROJETOS INDUSTRIAIS DE GRANDE MAGNITUDE E A CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA (CIC)

Durante a década de 70, especialmente, intensos esforços foram empreendidos pelo Governo do Paraná para a atração de grandes plantas industriais. Cargill, Siemens, Volvo, Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), Phillip Morris, New Holland, entre outras, vieram para o Estado neste período.

A CIC é um marco no que diz respeito ao esforço dos três níveis de governo – municipal, estadual e federal – para a promoção do desenvolvimento econômico por meio da promoção de incentivos adequados à implantação de projetos da iniciativa privada. Neste sentido, ela representa uma síntese de algumas das possíveis intervenções diretas e indiretas do governo, que, congregadas na década de 1970, voltam-se para a obtenção de um resultado bem definido, no caso a aceleração do processo de industrialização do Estado do Paraná por meio da viabilização da CIC.

Vasconcellos e Castro (1999) descrevem que entre as atribuições da Prefeitura de Curitiba estavam a elaboração de projetos de urbanização e a pavimentação dos acessos à CIC; liberação de terras de utilidade pública para a construção da infraestrutura; fornecimento de serviços de transporte por meio da URBS (Urbanização de Curitiba); e cumprimento da lei de incentivos fiscais. Além disso, a prefeitura concedeu isenção do pagamento de IPTU (Imposto Territorial e Urbano) pelo prazo de 10 anos para as empresas que se instalassem no local, sendo parte desse incentivo compensado pelo repasse estadual de uma parcela da arrecadação do ICM (Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias, depois transformado em ICMS) dessas empresas.

Ao governo do Estado coube uma parcela importante das responsabilidades na implantação da CIC. Além do já citado repasse do ICM para a prefeitura, o governo estadual ainda coordenou um esforço conjunto das principais empresas da administração indireta estadual (Copel, Sanepar e Telepar) no fornecimento de luz, água e serviço telefônico para toda a região da CIC, e dos principais órgãos financiadores de projetos: BRDE, Badep (Banco de Desenvolvimento do Paraná), Banestado (Banco do Estado do Paraná).

O governo federal deu suporte à CIC por meio do BNDES, BNH (Banco Nacional de Habitação), CEF (Caixa Econômica Federal), entre outros órgãos. Ademais, teve importante papel de incentivador para que multinacionais se instalassem na região. Segundo Lourenço (2003), o apoio federal ao desenvolvimento paranaense durante a década de 1970 foi incentivado e orquestrado por Ney Braga, "mediante o fortalecimento da presença do Estado no cenário nacional num patamar jamais alcançado".

2.2 DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO PRODUTO

Conforme afirmamos anteriormente, ao longo da década de 1970 o Paraná cresceu em média 13% ao ano, enquanto o País registrou crescimento médio de 8,6%.

Fazendo uma análise da participação paranaense no PIB nacional por setor, observamos que, ao longo da década de 1970, a Agricultura e os Serviços praticamente mantiveram seu tamanho relativo, conforme a tabela 2.

TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO SETORIAL PARANAENSE NO PIB SETORIAL NACIONAL - 1970/1980

ANO	PARTICIPAÇÃO SETORIAL (%)			
	Agricultura	Indústria	Serviços	
1970	12,33	2,96	5,46	
1975	16,90	3,98	5,99	
1980	11,68	6,13	5,35	

FONTES: IPARDES (1982); Magalhães (2011)

Enquanto isso, a indústria mais do que duplicou sua participação, partindo de 2,96% e chegando a 6,13% (dados da tabela 2). Portanto, pode-se inferir que os setores de Agricultura e Serviços, no Paraná, cresceram a uma taxa média próxima da nacional no período considerado. A indústria cresceu mais, puxando a atividade econômica no Estado.

Em termos de distribuição setorial do PIB no Paraná (tabela 3) podemos notar que a Indústria ganhou, nos anos 70, cerca de 12% em participação, chegando a 28,07%. O setor de Serviços perdeu cerca de 5%, enquanto a agricultura reduziu sua participação em 7%. Pode-se observar a distribuição setorial do PIB do Paraná nos anos de 1949, 1959 e de 1970 a 1980.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO PIB NO PARANÁ - 1949/1980

4110	DISTRIBUIÇÃO SETORIAL (%)			
ANO	Agropecuária	Indústria	Serviços	
1949	44,68	15,30	40,18	
1959	44,59	15,54	39,86	
1970	25,17	16,62	58,21	
1971	32,22	14,88	51,90	
1972	30,71	18,10	51,19	
1973	27,74	19,67	52,59	
1974	30,04	19,41	50,55	
1975	31,12	18,27	52,39	
1976	19,19	22,31	58,50	
1977	25,58	22,49	51,95	
1978	19,44	27,25	53,31	
1979	19,04	26,14	54,82	
1980	18,53	28,07	53,40	

FONTES: IPARDES (1982); Leão (1989); Magalhães (2011)

Analisando a tabela 3, outro ponto que pode ser destacado é a grande alteração de participações entre 1975 e 1976, principalmente da agricultura – 31,12% para 19,19%. Isso pode ser explicado pela "geada negra" de 18 de julho de 1975. Em um primeiro momento esse fenômeno climático teve consequências devastadoras sobre a economia paranaense, porém esse evento acabou por acelerar o ritmo das transformações na estrutura produtiva paranaense. O episódio também lembrou aos planejadores do desenvolvimento estadual a importância da diversificação produtiva, tanto em termos de setores de atividade quanto em relação aos subsetores da Agricultura e Indústria.

2.3 DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DA MÃO DE OBRA

A modernização agrícola (diminuição na demanda de mão de obra), a industrialização do Estado do Paraná (aumento da demanda por mão de obra), bem como o aumento da renda interna (intensificação da servicização da economia) podem ser apontados como alguns dos fatores que levaram a alterações importantes na distribuição setorial da mão de obra, conforme evidenciam os dados da tabela 4.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DA MÃO DE OBRA NO PARANÁ - 1970/1980

	DISTRIBUIÇÃO SETORIAL (%)		
ANO	Primário	Secundário	Terciário
1970	63	10	27
1980	41	18	39

FONTE: Magalhães (2011)

2.4 REFLEXOS NA DEMOGRAFIA

As transformações na estrutura produtiva acabaram por gerar consequências diretas sobre as variáveis demográficas (tabela 5). A modernização no campo, as mudanças na estrutura fundiária e a decadência relativa da agropecuária em relação à indústria fizeram com que a condição urbana passasse a caracterizar a maior parte da população paranaense, como mostra a tabela.

TABELA 5 - POPULAÇÃO RURAL E URBANA NO PARANÁ - 1970/1980

	1970		1980	
POPULAÇÃO	Contingente Populacional (milhões)	Porcentagem do Total	Contingente Populacional (milhões)	Porcentagem do Total
Rural	4,4	53,9	3,1	41,4
Urbana	2,5	36,1	4,5	58,6

FONTES: Magalhães (1993); Magalhães (2011)

Martine (1981 apud MAGALHĀES, 2011) afirma que, durante a década de 1970, em termos líquidos, 1.572.000 pessoas emigraram do Paraná, perda menor apenas do que as 1.643.000 pessoas que deixaram Minas nesse período. Curitiba, por sua vez, recebeu 387 mil imigrantes líquidos. É possível ver neste movimento um reflexo do aumento de demanda de mão de obra na capital decorrente dos empregos gerados, direta e indiretamente, como resultado da implantação de grandes plantas industriais na cidade.

3 ATIVIDADE DE FOMENTO NO ESTADO

Vasconcelos e Castro (1999) sugerem que a expansão industrial dos anos 70 foi possibilitada, sobretudo, por condições favoráveis aos investimentos industriais no plano nacional. Após a crise do início da década de 60 e das reformas econômicas promovidas pelos militares no momento de sua chegada ao poder, o período conhecido como "milagre econômico" (1968-1973) foi caracterizado pela elevação da taxa de investimento da economia brasileira, a qual se manteve em patamar alto durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979).

Todavia, o desempenho paranaense na década de 70 merece destaque, em grande medida devido a fatores regionais que fomentaram o crescimento do PIB industrial e ajudaram a indústria estadual a se modernizar. Segundo Vasconcelos e Castro (1999), três são as razões de ordem local que permitem explicar o grande dinamismo da indústria do Estado do Paraná na década de 1970:

- a) a oferta de infraestrutura básica para a recepção de indústrias, como rede rodoviária moderna, ferrovias, porto marítimo e energia elétrica;
- a existência de mecanismos institucionais de apoio à indústria, centrados no Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (BADEP) e em uma série de outros órgãos públicos voltados à atração de indústrias; rede ampla de incentivos e subsídios municipais, estaduais e federais;
- c) a agricultura dinâmica e modernizante presente no Estado, que permite a instalação de setores agroindustriais.

Ademais, é relevante mencionar que no final dos anos 60 a Codepar foi transformada no Badep, em atendimento a algumas exigências do Banco Central. Sem dúvida, uma grande vantagem do novo formato institucional da instituição foi a possibilidade de executar uma gama maior de operações de financiamento, além de captar recursos de outras fontes, além do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e do capital próprio.

Estudiosos do desenvolvimento da economia paranaense, como Francisco Magalhães e Maria Helena Augusto, em publicações, respectivamente, de 2011 e 1978, apontam uma importante mudança que pode nos ajudar a entender o perfil da industrialização paranaense nos anos 70. Trata-se de uma mudança de estratégia. No final da década de 1950 e início da década de 60, os técnicos do governo estadual acreditavam que a melhor estratégia para a industrialização do Estado seria via

substituição de importações. Seria esta a melhor forma de superação da condição de ente federativo periférico, principalmente em relação a São Paulo. Dadas as mudanças regionais, nacionais e tecnológicas no âmbito da indústria no decorrer dos anos 60, já no final da década, esse plano de ação muda significativamente. A partir de então, o foco das iniciativas do Governo do Estado e de seu aparato de intervenção econômica seria a complementaridade, ou seja, a inserção das indústrias locais nas cadeias produtivas nacionais.

Essas mudanças na orientação da atividade de fomento podem ser melhor compreendidas se as dividirmos em duas fases: as Políticas de Fomento visando às ações do setor público, e as Políticas de Fomento visando ao financiamento de empreendimentos privados. As subseções 3.1 e 3.2 tratam de cada uma dessas fases, respectivamente.

3.1 FASE I DAS POLÍTICAS DE FOMENTO – SETOR PÚBLICO

A primeira fase de participação do fomento regional ao processo de industrialização do Estado do Paraná está ligada, grosso modo, à atuação da Codepar. Ou seja, nos referimos ao período 1962-1968. Esta etapa está ligada, sobretudo, à dotação infraestrutural do Estado. Conforme vimos anteriormente, foi ao longo dos anos 60 que o Paraná foi integrado por rodovias; a geração e distribuição de energia elétrica foram amplificadas; o porto de Paranaguá foi reformado, entre outros aprimoramentos da infraestrutura. A estrutura institucional de fomento no nível estadual foi importante para a concretização desses investimentos governamentais (MAGALHÃES, 2011). Trabalhos como o de Vasconcelos e Castro (1999) associam a industrialização dos anos 70 a essa dotação de infraestrutura básica feita durante a década de 1960.

Em 1962, aproximadamente 91% do volume dos financiamentos da Codepar se destinaram ao setor público, enquanto o setor privado absorveu 9% dos recursos (FAYET, 1977). Essa diferença de dotação foi diminuindo gradativamente no decorrer do período, mas, em 1967, os empréstimos ao setor público ainda representavam mais do que 60% do total. Cabe lembrar, ainda, que nesse período predominava a visão de que a industrialização do Paraná deveria seguir a lógica de substituição de importações. Dessa forma, os empréstimos concedidos ao setor privado pela Codepar tiveram como destino, principalmente, pequenos e médios negócios locais.

3.2 FASE II DAS POLÍTICAS DE FOMENTO – SETOR PRIVADO

A segunda fase, aqui considerada, está ligada sobretudo à atuação do Badep no período 1968-1979. Em 1968, 38% do volume de crédito emprestado pela CODEPAR/BADEP teve como destino o setor público. Ao longo dos anos a proporção correspondente ao setor privado foi aumentando, até chegar a um pico de 98% em 1972. Na sequência houve uma reversão parcial dessa tendência. Em 1976, contudo, aproximadamente 6% do volume de financiamentos do Badep destinaram-se ao setor público, enquanto o setor privado obteve 94% dos recursos (FAYET, 1977).

Autores como Magalhães (2011) ressaltam a importância desses empréstimos para a atração de grandes empresas para o Paraná, em especial para a região de Curitiba, durante a década de 70. Na implantação da CIC, por exemplo, o BADEP atuou não apenas como financiador de projetos industriais, mas também como coordenador/orientador dos repasses de outros agentes de fomento estaduais, regionais e federais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre o início da década de 60 até o final dos anos 70 o Paraná passou por profundas transformações socioeconômicas. Essas mudanças decorrem de alterações na estrutura produtiva do Estado. Em 1960, a atividade cafeeira desenvolvida no Norte constituía-se no elemento dinâmico da economia paranaense. Vinte anos depois, o Estado do Paraná já detinha forte base industrial. Neste ínterim, o setor industrial estadual mais do que duplicou sua participação no total nacional. Enquanto isso, a agricultura do Estado diversificou-se e praticamente manteve a sua participação no total nacional em patamares próximos aos de 1960.

O exame da dinâmica das transformações da estrutura produtiva paranaense, que atingiu o seu auge na década de 1970, exige, sem sombra de dúvida, a análise do que foi o chamado "Projeto Paranaense de Desenvolvimento". A concepção do plano foi dada a partir do diagnóstico de que a inserção do Paraná no cenário nacional e internacional caracterizava-se pela submissão em relação à dinâmica exterior, propondo-se, então, um modelo de substituição de importações. Com tímidos resultados em termos de industrialização, bem como devido a condicionantes nacionais, esse modelo foi alterado já no fim dos anos 60, momento em que se passou a pensar na tese da complementariedade.

Cabe destacar, também, as políticas de dotação infraestrutural levadas a cabo durante a década de 1960. As prioridades da primeira administração Ney Braga (1961-1965) foram muito claras: energia e transportes. Neste período, foi construída a Estrada do Café, o potencial de geração e transmissão de energia elétrica foi significativamente ampliado, e foram criadas companhias importantes para o desenvolvimento paranaense, como a Sanepar, Codepar, Telepar, Celepar, Fundepar e Café do Paraná, além da instituição do FDE. A administração Paulo Pimentel (1966-1971) deu continuidade a esses projetos e, além disso, promoveu importantes ações, como o fortalecimento do Banestado.

Já na década de 70, constatamos a forte atuação do governo estadual para atrair capitais privados nacionais e estrangeiros que tivessem o interesse de se instalar fisicamente no Estado. Cargill, Siemens, Volvo, Repar, Phillip Morris, New Holland, entre outras, vieram para o Estado neste período. Para isso foram fundamentais as condições de infraestrutura, instituições de ensino, mão de obra disponível, ambiente institucional, políticas nacionais de desconcentração industrial, bem como a existência de fortes instituições regionais de fomento. A síntese desses fatores pode ser exemplificada por meio de uma iniciativa que reúne várias dessas condições: a CIC.

Na análise desse processo como um todo, a dinâmica do desenvolvimento paranaense nas décadas de 1960 e 1970 foi marcada, decisivamente, pelo perfil de atuação da Codepar e, posteriormente, do Badep. Nos anos 60, a Codepar financiou fortemente o setor público. Depois, nos anos 70, o Badep centrou seus recursos no financiamento de atividades privadas, em especial de caráter industrial.

O Projeto Paranaense de Desenvolvimento teve sucesso em seu intuito de industrialização do Estado e diversificação das atividades produtivas. Em 1980, vinte e cinco anos após o advento do referido projeto, o Paraná era uma economia com muito mais integração entre as suas regiões, mais integrado ao País e ao mundo. A inserção da economia paranaense deixou de ser classificada pelo modelo "primário-exportador" e passou a ser dotada de forte base industrial. Além disso, o Estado cresceu a taxas superiores ao resto do Brasil, em especial na década de 1970. No entanto, uma crítica recorrente a esse período – inclusive abordada pelo documento *Paraná: Economia e Sociedade* (IPARDES, 1982) – é o excessivo foco nas questões econômicas em detrimento de uma abordagem mais completa que também tivesse uma maior preocupação com as questões sociais.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, M. Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista. São Paulo: Editora Símbolo, 1978.

FAYET, L. A Economia do Paraná: evolução recente (discurso). **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.61, p.77-93, out./dez. 1977.

FONSECA, P.; MONTEIRO, S. O estado e suas razões: o II PND. **Revista de Economia Política**, São Paulo: Centro de Economia Política, v.28, n.1, p.28-46, jan./mar. 2007.

IPARDES. **Paraná**: economia e sociedade. Curitiba, 1982. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/pr_economia_sociedade_02_82.pdf. Acesso em: 12 fev. 2013.

LEÃO, I. Z. C. C. O Paraná nos anos setenta. Curitiba: IPARDES: CONCITEC, 1989.

LOURENÇO, G. M. **A economia paranaense em tempos de globalização**. Curitiba: Ed. do Autor, 2003.

LOURENÇO, G. M. Magalhães e o vazio no planejamento do Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2010. Disponível em: http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/conteudo.phtml?id=1021421. Acesso em: 12 fev. 2013.

MAGALHÃES, F. **Da construção ao desmanche**: análise do projeto de desenvolvimento paranaense. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

MAGALHÃES, F. O Novo perfil econômico do Paraná. **Revista FEE**, Porto Alegre: FEE, v.21, n.3, p.95-102, 1993. Disponível em: http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/588/827. Acesso em: 12 fev. 2013.

MARTINE, G. **Censo demográfico de 1980**: alguns resultados preliminares. Brasília: Ministério do Interior, 1981.

MEINERS, W. E. M. de A. Implantação da indústria automobilística e novos contornos da região de Curitiba. 168f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

OLIVEIRA, C. A. B. de Quinze anos depois - comentários sobre o texto "Paraná: economia e sociedade". **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.83, p.5-15, set./dez. 1994.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: HUCITEC, 1981. (Economia e planejamento; série: teses e pesquisas).

RISCHBIETER, K. Incentivos à industrialização paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: BADEP, n.30, p.7-23, maio/jun. 1972.

SUZIGAN, W. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 2000.

TRINTIN, J. G. História e desenvolvimento da economia paranaense: da década de trinta a meados da década de noventa do Século XX. In: SEGUNDAS JORNADAS DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADAS, Porto Alegre, 2005. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS: UNISINOS, 2005.

VASCONCELOS, J.; CASTRO, D. Paraná: economia, finanças públicas e investimentos nos anos 90. **Textos para Discussão**, Brasília: IPEA, n.624, 1999.

VOLACO, G. et al. Economia paranaense: desempenho recente e cenários de curto prazo. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.13, n.4, p.1-9, abr. 1991.

WACHOWICZ, R. História do Paraná. Curitiba: Editora Vicentina, 1988.